



## **Espaço de formação do Núcleo de Estudos Multidisciplinares em Agroecologia e Agricultura Familiar: seminário do PRONAF no Assentamento Santo Dias**

Raphaela da Silva Mendes<sup>1</sup>; Cosmo José de Campos Júnior<sup>2</sup>; Thiago Rodrigo de Paula Assis<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Engenheira Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestra em Desenvolvimento Sustentável e Extensão pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da Universidade Federal de Lavras (PPGDE/UFLA). E-mail: [raphaelacobain@hotmail.com](mailto:raphaelacobain@hotmail.com); <sup>2</sup>Licenciado em Geografia pela Faculdade de Ciência Humanas de Curvelo (FACIC), estudante de Agronomia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: [cosmojunior@gmail.com](mailto:cosmojunior@gmail.com); <sup>3</sup>Professor Adjunto IV no Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: [thiagoassis@dae.ufla.br](mailto:thiagoassis@dae.ufla.br).

**Resumo:** O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é uma das políticas mais importantes para os agricultores familiares, tem o objetivo de financiar projetos geradores de renda aos agricultores familiares, incluindo assentados da reforma agrária. O objetivo deste trabalho foi sistematizar, refletir e socializar a experiência vivenciada pelos membros do Núcleo de Estudos Multidisciplinares em Agroecologia e Agricultura Familiar (NEMAAF), sobre o PRONAF A, no assentamento de reforma agrária Santo Dias. Tentou-se ressaltar esta experiência como um espaço de formação, principalmente, para os membros do núcleo. Considera-se que o seminário foi um espaço de formação, que possibilitou a qualificação profissional dos membros do grupo e a reflexão coletiva destes com os técnicos e agricultores. Entretanto, existem desafios a serem trabalhados pelos envolvidos, como a comunicação e mobilização dos agricultores e de estudantes, que fortaleçam a construção do conhecimento.

**Palavras-chave:** Reforma agrária; Núcleo de agroecologia; Sul de Minas.

### **1. Histórico e objetivo da experiência**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é uma das políticas mais importantes para os agricultores familiares e o desenvolvimento rural. Esse programa tem o objetivo de financiar projetos geradores de renda aos agricultores familiares, incluindo assentados da



reforma agrária. Os projetos são financiados de forma individual ou coletiva, às mais baixas taxas de juros de financiamentos voltados ao meio rural, sejam para investimento ou custeio na produção (BRASIL, 2016).

Tendo em vista a diversidade da agricultura familiar, o PRONAF conta com diversas linhas de financiamento. Uma delas é conhecida como PRONAF grupo A, que tem como público os agricultores da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Nessa linha são fornecidos créditos para investimento em atividades agropecuárias ou não agropecuárias, visando uma estruturação dos lotes/parcelas das famílias assentadas, de acordo com projetos específicos.

O Assentamento Santo Dias está localizado na cidade de Guapé, no sul do estado de Minas Gerais e é vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). É formado por 48 famílias e foi criado no ano de 2006. Um dos princípios do assentamento é um trabalho em consonância com a natureza, não sendo estimulado o uso de insumos químicos. Após 10 anos de vida e trabalho, um grupo de famílias está apto para acessar os créditos do PRONAF A. Serão beneficiárias aproximadamente trinta famílias, que têm direito a um crédito de investimento com o limite de 25 mil reais, com direito a mais mil e quinhentos reais, destinado à assistência técnica e extensão rural, para a elaboração do projeto, acompanhamento e fiscalização das atividades.

São muitos os desafios vinculados ao acesso ao crédito e sua aplicação por parte das famílias agricultoras, como a necessidade de planejamento e elaboração de projetos para investimento, a necessidade de conhecimento sobre as atividades a investir, a necessidade de aproximação com agentes bancários e de conhecer mais sobre os juros e formas de pagamento, entre outras. Diante desses desafios, um grupo de lideranças do assentamento visualizou a necessidade de construir um espaço para esclarecimento e discussão quanto ao acesso e aplicação do crédito pelas famílias no assentamento Santo Dias.

Tendo em vista a parceria entre o assentamento e o Núcleo de Estudos Multidisciplinares em Agroecologia e Agricultura Familiar (NEMAAF), da Universidade Federal de Lavras (UFLA), foi discutida a possibilidade de organização conjunta de um seminário para esse fim.



O NEMAAF é formado por professores e estudantes de graduação e pós-graduação da UFLA e tem como objetivo colaborar com o desenvolvimento de um campo de pesquisa e extensão voltado para a agroecologia e agricultura familiar nesta universidade. O núcleo busca construir canais para a aproximação de experiências desenvolvidas pela agricultura familiar, para a troca de conhecimentos e para a capacitação de docentes, estudantes e agricultores (as), bem como fomentar ações de pesquisa e extensão junto a agricultores e agricultoras do sul de Minas.

Um dos princípios da educação em agroecologia, conforme a Associação Brasileira de Agroecologia – ABA (2013), é a complexidade, que faz com que, frente a realidades complexas, os espaços de formação e construção do conhecimento em agroecologia devam levar em conta um pluralismo metodológico e epistemológico.

Vislumbrou-se assim a construção do seminário não só como uma forma de contribuir com as ações organizativas e produtivas do assentamento, mas também como um importante espaço de formação sobre a complexidade da realidade de um assentamento rural e das temáticas ligadas às políticas públicas e à agroecologia. O evento passou a figurar como uma oportunidade de formação para os membros do núcleo, por meio de ações que vão desde a articulação e organização do seminário até a participação no próprio evento em si, além de ser uma possibilidade de conhecer mais sobre uma das mais importantes políticas públicas destinadas à agricultura familiar, que é o PRONAF.

O seminário “PRONAF: perspectivas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Assentamento Santo Dias” foi realizado no Assentamento Santo Dias nos dias 6 e 7 de maio de 2016 (FIGURA 1, FIGURA 2). O espaço teve como objetivo “promover a socialização de informações e facilitar a articulação sobre o PRONAF A, entre profissionais e agricultores e agricultoras do Assentamento Santo Dias”.

O evento foi organizado pelo NEMAAF, em parceria com lideranças e famílias do Assentamento Santo Dias e com um técnico do MST no sul de Minas, que atua neste assentamento.

Portanto, este espaço de formação contribuiu com a formação profissional dos membros do núcleo, a partir da vivência dos mesmos com os sujeitos e sujeitas do campo e suas realidades. Também possibilitou a esses próprios atores formarem conhecimentos importantes sobre o PRONAF e



seu funcionamento na realidade deles, por meio da troca de experiências e do contato com a informação apresentada pelos técnicos, agricultores(as) e profissionais envolvidos no espaço.

## **2. Objetivos do texto**

O objetivo deste texto é sistematizar, refletir e socializar a experiência vivenciada pelos membros do NEMAAF na construção e participação do seminário sobre o PRONAF A, no assentamento de reforma agrária Santo Dias, sob a perspectiva dos membros do núcleo. Buscando ressaltar esta experiência como um espaço de formação em agroecologia, principalmente da perspectivados membros do núcleo, que é composto em sua maioria por estudantes de graduação da UFLA.

## **3. Da descrição e reflexões sobre a experiência ao diálogo com os princípios e diretrizes da educação em agroecologia**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996 e representa uma conquista dos movimentos sociais ligados ao campo e à agricultura familiar, tendo em vista que representou a primeira política de crédito voltada especificamente para a agricultura familiar. Para acessar o programa é preciso se enquadrar entre os beneficiários da política, que é voltada para agricultores familiares, populações tradicionais e assentados de programas de reforma agrária (SCHNEIDER et al, 2004).

Uma das exigências para participação é possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento que comprova a condição de agricultor familiar, de acordo com os quatro critérios estabelecidos na Lei 11.326 de 2006.<sup>1</sup> Além disso, é preciso elaborar um projeto de crédito para

---

<sup>1</sup> Esses quatro critérios são: I - não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder executivo; IV - dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.



orientar a atividade a ser desenvolvida. Tradicionalmente, o operador tem sido o Banco do Brasil, e em algumas regiões também o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia.

No Plano Safra 2016/2017 foram previstos recursos de 30 bilhões de reais para o programa. Apesar disso, estudos têm demonstrado diversas dificuldades relativas ao programa. Entre elas está o relacionamento com as instituições bancárias (AQUINO; SCHNEIDER, 2010; GUANZIROLI, 2007). Esses autores ressaltam também a importância do planejamento do crédito e da assistência técnica para o sucesso do programa.

Tendo em vista a complexidade da temática, o seminário do PRONAF A foi organizado buscando, a partir de metodologias participativas, o envolvimento pró-ativo de todos/as os/as envolvidos/as, principalmente dos/as agricultores/as.

Nessa sessão procuraremos analisar o processo de construção e execução do Seminário, a partir dos princípios e diretrizes para a educação em agroecologia, consolidados no documento elaborado pela Associação Brasileira de Agroecologia, por ocasião do I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia. Tais princípios estão divididos em quatro eixos: Princípio da Vida, Princípio da Diversidade, Princípio da Complexidade e Princípio da Transformação (ABA, 2013).

Um dos princípios a enfatizar é o princípio da complexidade. Considerando a complexidade das realidades, esse princípio aponta para a desejabilidade de que processos educativos em agroecologia sejam executados a partir da leitura crítica da realidade e da adoção de instrumentos metodológicos participativos.

Cabe ressaltar assim, que o próprio processo de construção do seminário ocorreu de forma participativa, tendo ocorrido reuniões entre representantes do assentamento e do NEMAAF, para definição dos principais temas a serem abordados, da metodologia a ser utilizada, etc.

Foi a partir desse diálogo, que se verificou a desejabilidade de que o seminário pudesse funcionar como um espaço de esclarecimento sobre o que é o PRONAF, sobre como funciona o crédito do PRONAF A, quais os recursos e formas de pagamento, quais as possibilidades de investimento para produção, entre outros temas.





O espaço também foi construído como uma possibilidade de articulação entre atores diversos, como o Banco do Brasil, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) e a própria universidade. Dessa forma, ilustra uma outra diretriz da educação em agroecologia, que demonstra que a formação precisa ocorrerem uma perspectiva de rede de aprendizagem, conectando diferentes sujeitos e instituições (ABA, 2016).

Por outro lado, verifica-se que agricultores e agricultoras possuem saberes e vivências, e os processos educativos em agroecologia podem ser muito mais frutíferos quando agricultores/as atuam como educadores/as em processos de formação, garantindo a troca e o diálogo de saberes (ABA, 2016). No seminário essa forma de aprendizado foi considerada em dois momentos. Em um deles, quando os agricultores assentados demonstraram o interesse de que famílias agricultoras do Assentamento Primeiro do Sul participassem do seminário. Este assentamento fica no município de Campo do Meio, também no sul de Minas, e lá a aplicação do PRONAF A já aconteceu, de forma que as famílias experienciaram potencialidades e problemas da aplicação do crédito.

Um segundo momento onde as experiências e saberes dos agricultores foram importantes, se deu com a realização de trabalhos em grupos. Nesses espaços, agricultores e agricultoras puderam refletir sobre a sua realidade, tirar linhas comuns de trabalho e pensar em ações futuras para favorecer o trabalho do crédito, de acordo com as principais linhas de produção do assentamento, quais sejam: café e leite.

Assim, o seminário foi dividido em quatro partes principais. São elas: palestras e diálogos; relato da experiência do Assentamento Primeiro do Sul; espaço em grupo de interesse das linhas produtivas do café e do leite; plenária, avaliação e encaminhamentos.

Um importante princípio da educação em agroecologia é o princípio da vida. Com base nele aponta-se para a necessidade da busca da sustentabilidade nas dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética (ABA, 2016). Dessa forma, uma preocupação foi a de que as palestras buscassem contemplar o desenvolvimento rural mais sustentável e a agroecologia, uma vez que o assentamento Santo Dias está em processo de transição agroecológica. Sendo que já existem lotes no mesmo que são certificados como orgânicos.



A primeira palestra, realizada pelo professor coordenador do NEMAAF, abordou o contexto histórico do PRONAF, desde seu surgimento até os dias atuais. Foi apresentado o que é o PRONAF, quando, como e porque o mesmo surgiu, a sua importância para a agricultura familiar, além da apresentação de dados relevantes como a contribuição da agricultura familiar na produção de alimentos, que compõe as mesas dos brasileiros, e a distribuição de acesso aos créditos de acordo com as regiões do Brasil.

A segunda palestra foi conduzida pelo gerente do Banco do Brasil, do município de Guapé, que explicou aos agricultores e agricultoras a diferença entre PRONAF e PRONAF A, ao dizer que este é destinado aos assentados da reforma agrária e que o crédito do mesmo advém do Governo Federal. O gerente ainda acrescentou que o PRONAF A tem uma carência de até três anos para o início do pagamento, e que há um desconto de cerca de 43% da dívida para os agricultores e agricultoras que pagarem até o dia do vencimento de cada parcela. O mesmo ressaltou a importância no planejamento e gestão dos recursos financeiros, para evitar a inadimplência, que acarreta em dívida com a União e, portanto, restrição de direitos e acesso ao crédito.

Após essas duas palestras, iniciou-se o diálogo, onde os/as participantes puderam fazer seus questionamentos e esclarecer suas dúvidas sobre o PRONAF A, em relação ao crédito e as documentações bancárias necessárias para acessá-lo.

Além do esclarecimento sobre o funcionamento do programa, a participação do gerente do Banco do Brasil tem uma importância em termos de aproximação da instituição, que pôde conhecer um pouco do assentamento. Acredita-se que isso possa contribuir para os contatos futuros para estabelecimentos dos procedimentos de acesso ao crédito.

As demais palestras tiveram como objetivo trabalhar a aptidão da produção dos agricultores, cafeicultura, bovinocultura de leite e piscicultura, e foram conduzidos por um técnico e duas técnicas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG).

A técnica da EMATER local, primeiramente, fez uma contextualização sobre as adversidades que podem gerar impactos nas atividades dos produtores/as e que, portanto, é preciso ser precavido e fazer um planejamento devido das atividades a serem desenvolvidas e uma boa gestão da mesma, dos



recursos e da propriedade. Posteriormente, foram dadas instruções sobre a produção de tilápia em tanque rede, abordando questões como dimensões da estrutura, safra, manejo da produção, beneficiamento da matéria-prima, regulamentação e normas a serem seguidas, custos da produção, mercados e retorno financeiro.

A fim de ilustração, a mesma demonstrou, por meio de cálculos, o valor gasto e o lucro que o produtor poderá ter com a atividade de piscicultura. Notou-se que existem produtores e produtoras que tem interesse em trabalhar com piscicultura, e alguns já deram início a sua produção. Os agricultores e as agricultoras, também levantaram a questão da outorga da água de um poço, sendo esclarecida pelos técnicos e técnicas presentes.

Outra questão, levantada pela palestrante, foi a possibilidade de venda dos produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, os agricultores se demonstraram desacreditados com este tipo de mercado, pois já tentaram se inserir e não obtiveram sucesso. Segundo os mesmos, perderam parte de sua produção. Diante disso, foi enfatizada a importância do trabalho coletivo.

Na palestra sobre as alternativas para atividade leiteira foram abordadas questões como: qual raça é mais adequada aos interesses dos produtores/as e que melhor se adaptam às especificidades do local; manejo dos animais e práticas agroecológicas; higiene na ordenha, tanque de leite e os cuidados devidos; custo da produção, planejamento e gestão da atividade. As palestras foram finalizadas com a apresentação sobre a cultura do café, o principal carro chefe gerador de renda do assentamento. Neste espaço foram abordadas questões desde o plantio, manejo alternativo da produção, custos da produção até o acesso ao mercado.

Esses espaços de palestras, abertos à discussão, possibilitaram aos/às envolvidos/as reflexões sobre o que é o PRONAF, suas exigências, como este se dá na prática, além de questões mais técnicas, voltadas às principais aptidões de produção dos agricultores no Santo Dias.

Do ponto de vista dos membros do NEMAAF, e convergindo com o princípio da complexidade (ABA, 2016), este espaço possibilitou o aprofundamento do conhecimento dos mesmos, sobre a realidade vivida no assentamento em que atuam, além de uma formação mais prática, que une o saber





adquirido no meio acadêmico ao saber da prática, que acontece na realidade em que já atuam como estudantes, e que irão atuar, depois de formados. Para Caporal (2009), a reforma agrária é parte do processo de transição da agricultura convencional vigente para modelos de agriculturas mais sustentáveis.

[...] a construção de agriculturas mais sustentáveis precisa ter presente as dimensões ecológicas, econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas da sustentabilidade. [...] Isso implica em mudanças estruturais, dentre as quais se destaca a reforma agrária e o acesso aos meios de produção (CAPORAL, 2009, p. 34).

Reforça-se, portanto, a importância deste seminário em um assentamento de reforma agrária, para futuros profissionais que, possivelmente, atuarão como extensionistas.

A apresentação da experiência de acesso ao PRONAF A do Assentamento Primeiro do Sul, do município de Campo do Meio, teve como objetivo principal socializar como se deu todo o processo de acesso e, principalmente, os desafios enfrentados pelas famílias beneficiadas. Esse espaço foi apresentado por um assentado, que também é técnico em agropecuária e presidente da cooperativa Camponesa no Primeiro do Sul.

Quanto à experiência do PRONAF A investimento, no assentamento Primeiro do Sul, o agricultor trouxe informações importantes, socializando desde a importância desta primeira experiência, sobre a elaboração do projeto, o valor investido no PRONAF investimento até os desafios enfrentados pelas famílias, devido à realidade das mesmas, que em sua maioria são compostas por pessoas que sempre trabalharam como diaristas, safristas e assalariados em fazendas e, por isso, estavam acostumadas a receberem seus salários no final de semana ou no final do mês.

Segundo o relato, no Primeiro do Sul, os principais desafios que as famílias tiveram que enfrentar foram: ter que aprender a gerir o dinheiro do benefício, para não se tornar inadimplente; ter que se adaptar às exigências do PRONAF, que nem sempre consideram as especificidades vividas pelas famílias, e que, em alguns casos, são divergentes da realidade dessas que o acessam; ao fato de que, na elaboração do projeto não é possível prever alguns fatores relacionados às intempéries, como



por exemplo, os fatores climáticos; e à comercialização dos produtos, pois muitas vezes o preço de mercado não corresponde aos gastos da produção.

Portanto, os agricultores/as tiveram que buscar outras alternativas para dar a continuidade à atividade. A partir de então, foi que algumas cooperativas regionais se aproximaram das famílias, pois começaram a enxergar a produção e, assim, os agricultores/as tiveram um acompanhamento técnico, criando condições para que as famílias conseguissem, pelo menos, viabilizar a produção do café. Entretanto, as famílias tiveram que se dedicar mais às atividades, para conseguirem pagar as dívidas, que em alguns casos foi se acumulando, pois além das parcelas do PRONAF, ainda deviam às cooperativas. Algumas famílias acessaram o crédito e não se planejaram direito, outras usaram o crédito para suprir outras necessidades importantes. Nesses casos, muitas famílias tiveram dificuldades para pagar as parcelas, deixando de pagá-las em dia e perderam os descontos, tornando-se inadimplentes por anos.

É possível perceber que toda essa experiência do Primeiro do Sul, que foi compartilhada no evento, nos remete de forma reflexiva e crítica aos princípios e diretrizes da Diversidade e da Vida, que valorizam a importância de se reconhecer e respeitar a heterogeneidade dos agroecossistemas e das formas de organização social, entre outras especificidades das relações homem-natureza (ABA, 2016).

Quanto à reflexão em grupo, os participantes foram divididos por linha de produção, leite e café. A metodologia usada na discussão foi a reflexão sobre três perguntas, onde todos os participantes, de cada grupo, contribuíram para o debate. Posteriormente, um representante de cada grupo apresentou, em papel pardo, uma síntese do que foi levantado em seu grupo, para todos/as os/as participantes do espaço. As perguntas foram: O que a gente aprendeu com as experiências? Onde podemos cooperar? O que podemos encaminhar?

Entre os resultados, os agricultores e agricultoras apontaram algumas importâncias, que podem ser divididas em aprendizado e encaminhamento. Como aprendizado, eles/as ressaltaram que devem se planejar na elaboração dos projetos e na gestão dos recursos, assim como, na cooperação por afinidade de produção, e de cooperarem na compra de insumos e entrada no mercado. Como encaminhamento, sendo esses mais imediatos para já darem o primeiro passo ao acesso no recurso, apontaram o



levantamento de preços de materiais e insumos, abertura de conta bancária e busca de outras informações necessárias, que surgiram ao longo do seminário.

Nestes dois dias de seminário, foram feitos e partilhados, colaborativamente com a participação de todos/as os/as presentes, três cafés, dois almoços e um jantar. E integram o espaço de formação, por meio da troca de ideias informal e valorização e fortalecimento de se saber trabalhar coletivamente em cooperação. Possibilitando a participação e envolvimento dos/as presentes em todos os espaços.

Buscou-se também, por meio da relatoria, feita pelos membros do núcleo, contabilizar o número de participantes, levando em conta o número de homens e mulheres, assim como o número de jovens. No primeiro dia do evento, contabilizou trinta e nove pessoas, sendo que, quinze eram do sexo feminino, vinte e quatro do sexo masculino, quatro pessoas eram jovens, sendo cinquenta por cento de cada sexo. No segundo dia do evento, os participantes foram contabilizados nos grupos aos quais se dividiram, sendo que, o grupo 1 (leite), foi composto por dezoito pessoas, sendo que quatorze eram assentados e quatro eram alunos da UFLA, doze homens e seis mulheres; o grupo 2 (café) foi composto por dezenove pessoas, sendo que quinze eram assentados e quatro eram alunos da UFLA, onze homens e oito mulheres.

Desta forma, como os espaços são construídos, entende-se que espaços como estes contribuem para a educação em agroecologia, uma vez que os envolvidos neste espaço de formação são os sujeitos e as sujeitas, que desenvolvem, ou tentam desenvolver, em suas ações e atividades, por meio de caminhos norteadores, práticas com um enfoque agroecológico que favorece o desenvolvimento gradual sustentável. E conforme o princípio da Transformação (ABA, 2016) e suas diretrizes, este espaço possibilitou favorecer processos de aprendizagem e emancipação e autonomia, para todos/as os/as participantes.

#### **4. Considerações finais**

Do ponto de vista do NEMAAF, os autores avaliam o seminário como um espaço de formação ímpar, que possibilitou a qualificação profissional dos membros do grupo, e a reflexão coletiva destes



com os técnicos/as e agricultores/as. Esse espaço agiu em pelo menos duas dimensões: do ponto de vista interno ao Núcleo, foi um fator extremamente positivo pela ampliação da análise crítica e reflexiva sobre uma das políticas públicas mais importantes para a agricultura familiar, e desta na realidade dos sujeitos e sujeitas com quem trabalhamos e no espaço [real] que atuamos, assim como a nossa ação na extensão rural e na agroecologia; no espaço externo, dos/as agricultores/as e dos/as profissionais envolvidos/as, construiu a possibilidade dos/as beneficiários/as do PRONAF A de refletirem sobre o mesmo, trocaram ideias, se fortalecerem como parceiros e darem encaminhamentos à referida situação de acesso ao crédito.

Entretanto, apesar de considerar o sucesso deste espaço de formação, ainda existem desafios a serem trabalhados pelo núcleo e pelos/as agricultores/as e técnicos/as, como a comunicação e mobilização dos/as agricultores e agricultoras para espaços como este, que fortalecem a construção conjunta do conhecimento, não só agroecológico, e mais do que isso, que este possa ser colocado em prática de uma maneira mais efetiva. Isso, pois reconhecemos que o evento poderia ter contemplado muito mais pessoas do que as que estavam presentes, como agricultores e agricultoras do próprio assentamento Santo Dias, assim como do assentamento Primeiro do Sul, que poderiam agregar outras contribuições no relato de sua experiência, e também estudantes de outros núcleos de agroecologia da UFLA e de outras instituições parceiras do sul de Minas Gerais.

Consideramos que esse seminário, como espaço de formação, integra todos os quatro princípios da educação em agroecologia e que se valeu de parte das diretrizes dos mesmos para a sua concretização. Não obstante, sugerimos acrescentar como um dos princípios da educação em agroecologia o Sujeito e a Sujeita da agroecologia. Explicamos: entendemos que a agroecologia é bem mais do que um conjunto de práticas de manejo ecologicamente corretas ou uma forma de produção livre de insumos químicos, ou ainda, que se trata de um ramo potencial de mercado. Assim como a ABA (2016), concebemos a agroecologia como um caminho para o cumprimento do princípio do



desenvolvimento sustentável<sup>2</sup>, cuja base está assentada no tripé da sustentabilidade<sup>3</sup>, no seio do qual se encontra a ideia de pra quem produzir? E, antes, quem produz? O que produzir? Como produzir e por quê?

Além disso, ao levarmos em consideração o tipo de sociedade em que vivemos - machista, misógina, racista, classista, homofóbica, gordofóbica -, nos sensibilizaremos para parcela significativa da população brasileira, cujas batalhas diárias vão além da lida no campo, vão além da produção e tratam também da reprodução, sem a qual a geração de alimentos estaria gravemente comprometida.

Analisando a importância das mulheres agricultoras, por exemplo, o espaço que a maioria ocupa, qual seja, o espaço privado, consistente na casa e seu entorno, a concepção de seu trabalho na roça como mera “ajuda”, na dependência e conseqüente subordinação econômica aos maridos e companheiros, e porque estamos falando de uma ciência complexa que busca, entre outras coisas, a autonomia das pessoas, nada mais necessário que a criação de um princípio que analise a interação das pessoas na agroecologia.

Não ignoramos, todavia, que o princípio da diversidade, carrega como uma de suas diretrizes, o “[re]conhecimento das especificidades das mulheres trabalhadoras, suas formas de interpretar e atuar sobre a realidade e suas formas de organização”. O que chamamos atenção é para o fato de que só há sentido pensarmos e praticamos agroecologia porque há pessoas produzindo para pessoas. E que esses/as sujeitos e sujeitas envolvidos/as têm processos de luta, de gênero, de classe socioeconômica, de raça/etnia, de orientação sexual, de idade, enfim, situações essas que não podem ser ignoradas e que não cabem apenas como diretrizes. Tais demandas são princípios orientadores de uma educação que se diga agroecológica. As gentes são a razão e o elemento central no processo de conscientização, libertação, transformação e concretização de uma vida mais sustentável. Salientamos ainda que nós,

---

<sup>2</sup> "desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

<sup>3</sup> “No tripé estão contidos os **aspectos econômicos, ambientais e sociais**, que devem interagir, de forma holística, para satisfazer o conceito. Sem estes três pilares a sustentabilidade não se sustenta. Ainda são discutidos novos pilares, como a questão cultural, tecnológica, para complementar a sustentação da questão como um todo” (LASSU – Laboratório de Sustentabilidade, online).





os/as autores/as, entendemos que os princípios e as diretrizes da educação em agroecologia consideram os sujeitos e as sujeitas da mesma, e que a visão antropocêntrica deve ser superada, contudo, pela relevância das pessoas nos processos agroecológicos, entendemos o cabimento da criação de um princípio específico que tencione a própria prática agroecológica.

## Referências

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. *I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia: Construindo Princípios e Diretrizes*. Editora Universitária UFRPE. 2013. Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/SNEA-principios%20e%20diretrizes.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

AQUINO, J.; SCHNEIDER, S. *(Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra pobreza e a desigualdade social no Brasil rural*. In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 2011, Natal-RN. Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal: UFRN, 2010. v. 1. p. 1-21.

BRASIL. Secretaria especial de agricultura familiar e desenvolvimento agrário. [Incluir local, editora e ano da publicação] Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso: 28 ago. 2016.

CAPORAL, F. R. *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília 2009, 111 p. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2016.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

LASSU – LABORATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE. *Pilares da Sustentabilidade*. Disponível em <<http://www.lassu.usp.br/sustentabilidade/pilares-da-sustentabilidade/>> .acesso em 27 de já. 2017.

SCHNEIDER, Sérgio et al. *Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.



## ANEXOS



**Figura 1** – Seminário PRONAF A



**Figura 2** – Seminário PRONAF A